

# CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.  
E se mais mundo houvera, lá chegara.  
CAMÕES, e, VII e 14.

**Diretor-Geral**  
Paulo Cabral de Araújo

**Diretor-Superintendente**  
Edilson Cld Varela

**Diretor-Responsável**  
Ari Cunha

**Editor-Geral**  
Ronaldo Martins Junqueira

**Gerente-Geral**  
Alberto de Sá Filho

**Gerente Financeiro**  
Evaristo de Oliveira

**Gerente Técnico**  
Ari Lopes Cunha

**Gerente Comercial**  
Maurício Dinepi

## Tragédia econômica

A mobilização nacional de empresários contra o instituto da estabilidade no emprego, recém-aprovado pela Comissão de Sistematização da Constituinte, prenuncia as turbulências que deverão atingir o sistema econômico. Como se não bastassem as disfunções conjunturais e os vícios de estrutura da economia brasileira, a estabilidade chega para oferecer sua contribuição desestabilizadora, pois as empresas privadas não a podem praticar sem correr o risco da insolvência.

Não se encerra somente nessa inovação, demagogicamente admitida na Comissão de Sistematização, a ameaça que paira sobre a sobrevivência da iniciativa privada, se bem que deverá produzir verdadeira catástrofe nas relações do capital e do trabalho, com uma prévia socialmente explosiva: o desemprego em massa. Os valores atualmente cultivados, na administração do sistema econômico e na destinação constitucional de normas para tutelá-lo, equivalem à condenação da livre empresa como instrumento de promoção do desenvolvimento.

Enquanto o Estado estabelece controles de todos os tipos sobre o estamento da produção, quer no tabelamento de preços, quer na manipulação inadequada das linhas de financiamento, sem falar em outros tipos de curatela, a Constituinte segue com uma normatização que tornará completamente

inviável a iniciativa privada. Embora a Nação não tenha feito opção alguma em favor da socialização, por via estatal, dos meios de produção, a Constituinte age e reage como se estivesse a preparar as regras de organização de uma sociedade socialista.

O capítulo da ordem econômica do projeto constitucional em debate na Comissão de Sistematização consagra algo muito próximo do planejamento central da economia, conforme o modelo dos estados socialistas do Leste europeu. Tal se dá porque não só cultua preconceitos desvairados contra a livre iniciativa e os princípios da economia de mercado, mas, também, porque erige o Estado com uma força reguladora e intervencionista jamais vista na história do País.

Nesse passo, descortinam-se no horizonte perspectivas sombrias. Ao formidável declínio dos investimentos estrangeiros, de que tanto o Brasil precisa para manter o ritmo de seu desenvolvimento e a atualização tecnológica de seus setores produtivos, retraem-se as poupanças privadas internas, justamente recosas do futuro de tragédia que se constrói no momento. As lideranças nacionais não podem atirar o País irresponsavelmente nesse fosso. Mas há ainda tempo para um retorno à verdade e à racionalidade.